

Apertem os cintos que lá vamos nós (novamente?) ⁽¹⁾

Mariana Saragoça (2)

Bruno Gandolfo (3)

Ainda que se pretenda dar novos rótulos às ações cujas consequências são as mesmas, não as nomeando como um racionamento compulsório, é inegável que todos nós sentiremos o impacto tarifário correspondente, com efeitos nefastos

No último mês, em especial na última semana, o Brasil assistiu a uma série de manifestações negando a ocorrência de um racionamento de energia ao mesmo tempo em que cresceram os apelos para **redução voluntária do consumo**, tendo sido, finalmente, tomadas medidas concretas para a redução incentivada da demanda pelos consumidores, inclusive os cativos (*i.e.* aqueles atendidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica).

Em apertada síntese, os dados apontaram sinais claros de deterioração e foi preciso reconhecer que as medidas que haviam sido adotadas até o momento se mostraram pouco efetivas.

Com efeito, a **Nota Técnica elaborada pelo ONS**, atualizada no último 25 de agosto, traçou dois cenários para os meses de setembro a novembro. Em ambos, os recursos são insuficientes para o atendimento à demanda e novas ações de curto prazo foram recomendadas.

No mesmo dia, o **Decreto nº 10.779/2021** determinou medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelecendo a meta de 10 a 20% redução do consumo de energia elétrica nos meses de setembro de 2021 até abril de 2022 em relação à média do consumo do mesmo mês nos anos de 2018 e 2019.

O ministro de Minas e Energia, também em 25 de agosto, anunciou que, a partir de 1º de setembro, seria implantado o programa de redução voluntária da demanda para o mercado cativo. Por sua vez, em 26 de agosto, o ministro da Economia indicou que teríamos um novo aumento dos valores da bandeira tarifária e o presidente pediu que a luz fosse desligada em uma de suas habituais *lives*.

Dito e feito, há poucas horas foram divulgadas novas regras pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (**CREG**).

A **primeira** delas instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A (exceto classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio) e B (classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público) no mercado regulado. Em um primeiro estágio, tal Programa vigorará por 4 meses a partir de 1º de setembro de 2021, podendo ser prorrogado até abril de 2022, a depender de nova avaliação.

Tal Programa será implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 para cada 100 kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% e limitado a 20%, por unidade consumidora, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021, comparativamente ao consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020 com histórico de medição. Os custos serão cobertos por meio do encargo destinado à cobertura dos

Custos do Serviço do Sistema.

O Programa não se aplica às unidades consumidoras que participam do sistema de compensação de créditos de energia gerados por geração distribuída e eventuais pleitos de recomposição de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica decorrentes do Programa serão analisados pela Aneel.

A **segunda** delas determinou à **Aneel** que implemente a Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh, que deverá vigorar entre setembro de 2021 a abril de 2022 e não será aplicável aos consumidores inscritos na Tarifa Social.

O valor decorrente da referida Bandeira incluirá os custos decorrentes das medidas para atendimento eletroenergético do Sistema Interligado Nacional – **SIN** definidas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (**CMSE**) e pela CREG (importação, usinas *merchant*, UTEs diesel, regaseificador Pecém, UTEs Óleo Combustível), os custos associados à condição operativa não ordinária do sistema elétrico em razão das severas condições hidrológicas e os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das **Bandeiras Tarifárias**.

Ainda que se pretenda dar novos rótulos às ações cujas consequências são as mesmas, não nomeando as medidas como um racionamento compulsório propriamente dito, é inegável que todos nós sentiremos o impacto tarifário correspondente e que os efeitos de tais medidas sobre a economia brasileira podem ser nefastos.

Além disso, não se pode perder de vista a importância de se preservar a saúde financeira das distribuidoras, não restando dúvidas de que, tal como em 2001, não se trata do risco ordinário da variação da demanda no caso concreto. Finalmente, o déficit do **GSF** esperado para 2021, mais uma vez, pode colocar as geradoras em uma situação crítica, fator que merece a devida atenção para evitar uma nova onda de judicialização no setor.

Diante de todas essas variáveis e riscos, é preciso que os agentes envolvidos nas discussões reajam de forma célere e com base em análises técnicas antes que haja um agravamento incontornável da situação e só nos reste o sentimento de *déjà vu*.

- (1) Artigo publicado na Editora Brasil Energia. Disponível em:
<https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/apertem-os-cintos-que-la-vamos-nos-novamente/>
Acesso em 02 de setembro de 2021.
- (2) *Mariana Saragoça e Bruno Gandolfo Damico são advogados, sócios do escritório Stocche Forbes que atua na área de Infraestrutura*